

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

ALTAIR APARECIDO DE AZEVEDO

**O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: (1988-  
2013): Memória e História.**

MARINGÁ

2013

ALTAIR APARECIDO DE AZEVEDO

**O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: (1988-2013): Memória e História.**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do grau de pedagogo licenciatura plena..

Orientação: Profa. Dra. Luzia Marta Bellini.

Coordenadora: Profa. Dra. Aline Frollini Lunardelli Lara.

MARINGÁ

2013

## **O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: (1988-2013): Memória e História.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção de título de Graduação em Pedagogia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Luzia Marta Bellini (Orientadora)

Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Dra. Ivana Guilherme Simili

Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Dra. Cristina de Amorim Machado

Universidade Estadual de Maringá

*Dedico este trabalho a minha mãe **Maria Pereira de Azevedo** (in memoriam), e a minha esposa **Elaine Aparecida dos Santos**, as mulheres da minha vida, sem as quais meus caminhos seriam bem mais tortuosos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por eu existir e, por ter escolhido Dona Maria Pereira de Azevedo para ser minha mãe, e ter me proporcionado junto com ela quarenta e dois anos de alegrias. Agradeço também por ter proporcionado que minha esposa Elaine Aparecida dos Santos tenha me escolhido para vivermos tantos outros anos de alegrias. Sem essas duas mulheres minha vida com certeza não teria tantos momentos felizes, e nem tantas realizações.

Agradeço a minha orientadora professora Luzia Marta Bellini, pessoa maravilhosa, por toda a sua paciência, orientação e por ter transformado este trabalho em algo prazeroso.

Agradeço as professoras: Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto, Irizelda Martins de Souza e Silva, Maria Tampellin Ferreira Negrão, Janira Siqueira Camargo, Regina Lúcia Mesti, por terem dedicado parte do seu tempo as minhas entrevistas, sem as quais este trabalho não poderia ser realizado.

Agradeço a Lucineide Patrício Souza, secretária do Programa de Educação para Adultos, pessoa que conheci no decorrer da elaboração desse trabalho, e a quem passei a estimar. Ela sempre me auxiliou com grande presteza, e amizade, em tudo que eu necessitei.

Agradeço à banca examinadora que se dispôs a analisar e a avaliar este Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a todas as professoras e professores com quem tive o prazer de estudar durante os quatro anos do curso de pedagogia.

Agradeço as professoras do curso de formação de docentes do Instituto Estadual de Educação, por terem me conduzido nos primeiros passos a caminho da minha formação como professor.

Agradeço também aos parentes que me incentivaram e apoiaram nesta caminhada, os quais não citarei os nomes para não correr o risco de por um lapso deixar de mencionar alguém. Faço menção apenas a minha prima Andréa que me auxiliou mais diretamente neste trabalho, ao meu primo Junior, que sempre estava pronto

para consertar meu computador quando ele apresentava algum problema, e a minha tia Benedita que sempre esteve torcendo por mim.

**PRÁ QUE ESTUDAR?**

PRÁ QUE ESTUDAR?  
MARIA NÃO SABIA  
O QUE ERA ESTUDAR,  
POIS SÓ TRABALHAVA  
PARA SE SUSTENTAR.  
OS FILHOS DIZIAM:  
MAMÃE, QUERO PAPÁ!  
MARIA DIZIA:  
PRA QUE ESTUDAR!

MARIDO NÃO TINHA  
PRA LHE AJUDAR.  
TRABALHAVA O ANO TODO,  
NÃO PODIA PARAR.

NÃO TINHA NEM FÉRIAS  
PARA TIRAR  
SE IA À PRAIA  
ERA PRA COZINHAR

O ZÉ NO COLÉGIO,  
PRA SE FORMAR  
E MARIA DIZIA:  
PRA QUE ESTUDAR?

O FILHO ADOECEU,  
PRECISOU INTERNAR  
E O REMÉDIO  
MARIA TEVE QUE COMPRAR.  
ENTÃO ELA DIZIA:  
PRA QUE ESTUDAR?

MARIA EUNICE, A MAIS VELHA,  
NÃO SABIA COZINHAR.  
COMIA TUDO CRU,

PARA PODER BRINCAR.  
E MARIA DIZIA:  
PRA QUE ESTUDAR?

ROSILDA MARIA  
ERA SUA BABÁ  
CUIDAVA DAS DUAS PEQUENAS,  
PRA MARIA TRABALHAR.

CHEGAVA EM CASA PRA DESCANSAR,  
TINHA ROUPA NO TANQUE  
PRA ELA LAVAR.  
ENTÃO ELA DIZIA:  
PRA QUE ESTUDAR?

UM DIA SUA VIDA  
COMEÇOU A MUDAR.  
SUA FILHA ELIETE  
PASSOU NO VESTIBULAR  
DA UEM E  
COMEÇOU A ESTUDAR.  
MARIA AINDA PENSAVA  
PRA QUE ESTUDAR?

ELIETE FOI CONVIDADA PRA LECIONAR  
EM UM PROJETO  
QUE IA COMEÇAR.  
MARIA GOSTOU  
E LÁ VAI FICAR  
ATÉ SE FORMAR.



Maria das Dores José de Oliveira. Autora do livro Fazer poesias Alfabetizando-se... Aluna do Programa de Educação para Adultos – PROEJA/UEM. Em 1996 conclui a 8ª série do ensino fundamental.

## RESUMO

Este trabalho narra parte da história do Programa de Educação para Adultos da Universidade Estadual de Maringá – PEA/UEM, Este programa foi pensado pela professora Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto, e em 1989 deu início aos seus trabalhos de alfabetização. Em seu início o Programa denominava-se Programa de Alfabetização de Funcionários – PAF, porém devido a demanda, com o passar dos anos ele foi se ampliando e passou a atender não só os funcionários da UEM, mas também a comunidade local. O programa também atendeu ao ensino médio, e o segundo grau, ministrando aulas no Hospital Universitário – HU, Fazenda Experimental do Iguatemi – FEI, e, é claro no Campus Sede. O programa iniciou atendendo uma média de 40 alunos, em 1998 atingiu seu ápice, atendendo 500 alunos e atualmente está com um número mais reduzido de alunos, cerca de 8 alunos. Esta ascensão e queda no número de alunos ocorreu porque no final da década de 1980 havia muitos funcionários analfabetos ou semi-alfabetizados na Instituição, no final da década de 1990, havia um grande interesse tanto dos funcionários como da comunidade local de fazer parte do Programa, e no final da década de 2010, a grande maioria dos funcionários da universidade já haviam sido alfabetizados, e os novos funcionários que são contratados já são alfabetizados, ou possuem o segundo grau. Neste trabalho abordamos também a questão da avaliação de aprendizagem, feita na UEM por seus funcionários, e que atualmente é feita no CEEBEJA. Para a elaboração desse trabalho analisamos o Processo 334/88 que deu origem ao PEA/UEM, entrevistamos a secretária do Programa, bem como algumas de suas Coordenadoras.

**Palavras-Chaves:** Educação de adultos. Educação cidadã. Projeto de Educação de adultos da UEM.

## ABSTRACT

This work tells the story of the Adult Education Program of the State University of Maringá - PEA / UEM. This program was designed by Professor Sonia Maria Vieira Negro Rossetto and in 1989 started its work on literacy. In the beginning the program was called Literacy Program Staff - PAF, however, due to demand, over the years he has been widening and began to serve not only the staff of UEM, but also the local community. The program also attended the high school, teaching classes at the University Hospital - HU, Farm Experience Iguatemi - FEI, and, of course, in Campus Headquarters. The program began serving an average of 40 students. Peaked in 1998, serving 500 students and is currently with a smaller number of students, about 8 students. This rise and fall in the number of students occurred because at the end of the 1980s there were many illiterate or able to read and write (in low level) staff in the institution. In the late 1990s there was a great interest of both employees and the local community to be part of the program and the end of 2010, the vast majority of university officials had been literate and new employees who are hired or are already literate or have the second degree. In this paper we address also the issue of learning assessment, which was held in UEM by its employees, and that is currently held in CEEBEJA. In carrying out this work we analyze the Case 334/88 which led to PEA / UEM. We interviewed the secretary of the Programme as well as some of their coordinators.

**Key Words:** Adult education. Citizenship education. Adult education project of UEM.

## LISTA DE SIGLAS

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>ABREVIATURA</b>
Centro de Estudos Supletivo de Maringá	<b>CES</b>
Centro Estadual de Educação Aberta Continuada a Distância	<b>CEAD</b>
Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos	<b>CEEBEJA</b>
Colégio de Aplicação Pedagógica	<b>CAP</b>
Comissão Interna de Prevenção a Acidentes	<b>CIPA</b>
Conselho de Administração	<b>CAD</b>
Conselho Universitário	<b>COU</b>
Departamento de Ciências Morfofisiológicas	<b>DCM</b>
Departamento de Fundamentos da Educação	<b>DFE</b>
Departamento De Letras	<b>DLE</b>
Departamento de Teoria e Prática	<b>DTP</b>
Diretoria de Assuntos Acadêmicos	<b>DAA</b>
Diretoria de Pessoal – Comissão Própria de Avaliação	<b>DPE-CPA</b>
Fazenda Experimental do Iguatemi	<b>FEI</b>
Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos	<b>EDUCAR</b>
Fundação Universidade Estadual de Maringá	<b>FUEM</b>
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	<b>FNDE</b>
Hospital Universitário	<b>HU</b>
Laboratório de Aprendizagem	<b>LAP</b>
Museu Dinâmico Interdisciplinar	<b>MUDI</b>
Programa de Educação para Jovens e Adultos	<b>PROEJA</b>
Programa de Alfabetização de Funcionários	<b>PAF</b>
Programa de Educação de Adultos da Universidade Estadual de Maringá	<b>PEA/UEM</b>
Programa de Educação Elementar para Adultos	<b>PEE</b>
Pró-Reitoria de Administração	<b>PAD</b>
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários	<b>PEX</b>
Pró-Reitoria de Recursos Humanos	<b>PRH</b>
Universidade Estadual de Maringá	<b>UEM</b>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	<b>UNIOESTE</b>
Universidade Federal do Paraná	<b>UFPR</b>

**COORDENADORAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS/UEM.**

COORDENADORAS	DE:	À
Sônia Maria Vieira Negrão Rosseto	1988	Agosto 1991
Nerli Nonato Ribeiro Mori	Agosto 1991	Maio 1992
Irizelda Martins de Souza e Silva	Maio 1992	Dezembro 1992
Irizelda Martins de Souza e Silva Adriano JRodrigues Ruiz	Janeiro 1993	Julho 1994
Sônia Maria Vieira Negrão Rosseto	Julho 1994	Março 1996
Regina Lúcia Mesti	Março 1996	Março 2000
Maria Tempellin Ferreira Negrão	Abril 2000	Abril 2004
João Segura Pappa Regina Lúcia Mesti	Abril 2004	Abril 2005
Janira Siqueira Camargo Regina Lúcia Mesti	Maio 2005	Março 2013
Érica Piovam de Ulhoa Cintra	Março 2013	

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
3. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: As vozes Das professoras elaboradoras.....	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5. REFERÊNCIAS.....	42
6. ANEXOS.....	44

## 1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo do presente trabalho foi a constituição histórica e pedagógica do Programa de Educação de Adultos da Universidade Estadual de Maringá (PEA/UEM) ressaltando a participação das professoras do Departamento de Teoria e Prática (DTP) e Departamento de Fundamentos da Educação (DFE), em um projeto de educação para a cidadania. O PEA/UEM foi desenvolvido e aplicado dentro da Universidade Estadual de Maringá, como projeto de extensão. Este tema nasceu quando estávamos pesquisando um objeto para o Trabalho de Conclusão de Curso. Notei que, embora exista um número razoável de trabalhos e publicações sobre a modalidade Educação de Jovens e Adultos, no que se referia ao PEA/UEM, os estudos eram escassos e de difícil acesso para a maioria das pessoas. Uma das poucas publicações que faz referência a esse programa é o livro de Negrão (2002), em que ela relata a sua passagem pelo programa no período de 1988 à agosto de 1991. Devo dizer que foi esta falta de material que motivou ainda mais o nosso interesse por escrever a história deste programa. Além do que, isto me proporcionou a satisfação de estar trabalhando com documentos primários e com as pessoas que tiveram uma participação direta neste projeto.

Desse modo, para desenvolver este trabalho tive que recorrer ao PROJETO DE EXTENSÃO nº 334/88 – PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS para compreender como surgiu o projeto. Para aprofundar o tema, fizemos entrevista com ex-coordenadoras, coordenadoras, e a secretária do referido programa. Assim, com este Trabalho de Conclusão de Curso pretendo elaborar e divulgar um artigo que conte a História do Programa de Educação para Adultos na Universidade Estadual de Maringá: suas adversidades e conquistas.

O PEA/UEM, segundo o processo 334/88, desde o seu início baseou-se em três pontos principais: 1) proporcionar aos adultos analfabetos ou semianalfabetos a utilização de ferramentas culturais – como a leitura, escrita, raciocínio lógico, matemático, conhecimentos de geografia, história e ciências físicas e biológicas – para o fazer e compreender da vida cotidiana. 2) a formação de educadores. Ele funciona como campo de estágio para graduados dos cursos de Pedagogia, Matemática, História, Geografia, Biologia e Educação Física. 3) criar um espaço para

a pesquisa na área de Educação de Adultos, uma vez que a devida área era pouco explorada academicamente.

Inicialmente, em 1988, o programa pretendia atender apenas aos funcionários da UEM, pois, segundo o processo 334/88: “É bastante contraditório encontrarmos nessa instituição um índice significativo de pessoas que mal sabem ler e escrever” (p.04). Posteriormente, em 1991, o programa passou a atender os familiares desses funcionários, e toda a comunidade interessada, e foi ofertado no campus da UEM Maringá, no Hospital Universitário e na Fazenda Experimental do Iguatemi. No decorrer deste trabalho iremos apresentar a quantidade de alunos atendidos pelo Programa ao longo de sua história.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira foi o levantamento e a leitura do processo 334/88 – Alfabetização para Funcionários, volumes I, II e III, com aproximadamente 1.500 paginas. A segunda etapa foi realizar entrevistas com as docentes que efetivaram o projeto. São elas: Professora Dra. Irizelda Martins de Souza e Silva, do DTP, Professora Ms. Janira Siqueira Camargo, do DTP, Professora Dra. Maria Tampellin Ferreira Negrão (Maria Negrão), Professora Dra. Regina Lúcia Mesti. Professora Dra. Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto (Sonia Negrão) e a Tec. Adm. Lucineide Patrício da Souza. Os coordenadores do programa foram: Professora Dra. Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto, de 1988 até agosto de 1991; Professora Dra. Nerli Nonato Ribeiro Mori, de agosto de 1991, até maio de 1992; Professora Dra. Irizelda Martins de Souza e Silva, de maio de 1992 até dezembro de 1992. No período de maio de 1992 até dezembro de 1992, a coordenadora titular era a Professora Dra. Irizelda, no entanto no relatório anual constam como coordenadores os seguintes Professores: Nerli Nonato Ribeiro Mori, Janira Siqueira Camargo, Adriano Rodrigues Ruiz e Irizelda Martins de Souza e Silva. Professor Dr. Adriano Rodrigues Ruiz e Irizelda Martins de Souza e Silva, de janeiro de 1993 até julho de 1994; Professora Dra. Sônia Maria Vieira Negrão Rosseto, de julho de 1994 até março de 1996; Professora Dra. Regina Lúcia Mesti, de março de 1996 até o ano de 2000; Professora Dra. Maria Tampellin Ferreira Negrão, de 2000 até abril de 2004; Professor Dr. João Segura Pappa e Professora Dra. Regina de Jesus Chicarelli, de 2004 até abril de 2005; Professora Ms. Janira Siqueira Camargo e Professora Dra. Regina Lúcia Mesti, de maio de 2005 até fevereiro de 2013. Em março de 2013 assumiu a coordenação do programa, a Professora Dra. Érica Piovam de Ulhoa Cintra.

A metodologia para as entrevistas foi a da história oral focalizada, pautada na investigação de Gil (2012, p. 112), para o qual, “O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Ainda segundo Gil (2012), esse recurso permite ao entrevistado liberdade para se expressar sobre o assunto.

Para a escolha desta metodologia nos pautamos também em Andrade (2009, p.126) “Embora a entrevista não seja a técnica mais fácil de ser aplicada, talvez seja a mais

eficiente para a obtenção das informações, conhecimentos ou opiniões sobre um assunto”. As entrevistas ocorreram nos meses de julho a setembro de 2013. A entrevista com a Professora Dra. Sônia Maria Vieira Negrão Rosseto foi realizada em sua residência na cidade de Maringá. As entrevistas com a Professora Ms. Janira Siqueira Camargo, Professora Dra. Irizelda Martins de Souza e Silva, Professora Dra. Maria Tampellin Ferreira Negrão, Professora Dra. Regina Lucia Mesti, e com a Secretária do Programa Tec. Adm. Lucineide Patrício da Souza, foram realizadas no campus sede da UEM. Todas foram gravadas em áudio, exceto a da professora Regina Lúcia Mesti, que não foi gravada a seu pedido.

### **3. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DA UEM: as vozes das professoras elaboradoras**

Em 1988, a Universidade Estadual de Maringá – UEM contava com um grande número de funcionários analfabetos ou semi-alfabetizados, em grande parte da limpeza, manutenção e os operários da área de construção, que, naquele momento, tinham vínculo empregatício direto com a UEM, diferente do que ocorre hoje, em que a maioria das obras são terceirizadas. Foi pensando nesse público que a professora Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto idealizou o projeto de alfabetização que começou a ser elaborado em 1988 com o nome de “Programa de Alfabetização de Funcionários – PAF”. Segundo entrevista concedida, a professora Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto, ela teve a ideia de implantar o projeto de alfabetização na UEM após ter tomado conhecimento de um projeto semelhante aplicado na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Sobre o projeto ela nos diz:

Logo que eu entrei na UEM eu pensava em fazer um trabalho de extensão só que eu não sabia bem o que estaria indo ao encontro das necessidades da própria Instituição. Em 1987 eu fui a um evento na Universidade Federal do Paraná – UFPR e vi a apresentação de uma professora que coordenava um programa de educação de jovens e adultos lá dentro da Federal do Paraná pra os funcionários. Eu fiquei tão interessada e tão enternecida com o trabalho dela, e a alegria, o entusiasmo. eu disse: vou voltar pra UEM e vou fazer um levantamento para saber quais são as necessidades da UEM e dos funcionários. Saber qual o nível de escolaridade que tem os nossos funcionários e se há alguém analfabeto. E eu procurei a pró-reitoria de extensão de ensino que era a professora Mabel, e tive a grata surpresa de saber que ela também estava desejosa de elaborar algo neste sentido, inclusive ela já tinha feito um levantamento. Porém ela era da área de, não sei se ciências sociais ou de história. Enfim não era bem a área dela estar, estar trabalhando com alfabetização. Sei que ela tinha todo o levantamento. Quem estava na reitoria naquele momento era o professor Fernando Ponte de Souza, o primeiro reitor eleito depois do período de ditadura, e nós conseguimos com ele que este acabasse sendo um projeto de extensão e não de ensino porque a verba que o reitor conseguiu liberar era via formação de funcionários. Nós começamos apenas com a alfabetização e os estagiários que nós tínhamos eram todos do curso de pedagogia, eles eram pagos por esta rubrica de formação de funcionários a titulo de crescimento na carreira. Na época eu tive a ajuda do professor Adriano Rodrigues Ruiz, Ele foi um grande companheiro no desenvolvimento deste programa. Como era a minha área eu me responsabilizei pela parte de Alfabetização, e o professor Adriano se responsabilizou pela parte que dizia respeito à matemática. Porém seu trabalho foi muito além. Juntamente com o Professor Adriano, durante a pesquisa para o projeto optamos pela teoria construtivista, tanto para a leitura e

escrita como também para ensino de matemática. Os primeiros professores foram o professor Adriano Rodrigues Ruiz, a Professora Maria de Lourdes Longhini Trevisani e eu. Em 1989 o professor Adriano já se encontrava em doutorado, mas mesmo assim comparecia uma vez por mês para supervisionar o trabalho das suas estagiarias quanto ao ensino de matemática e oportunizar reflexões teóricas. Após o seu retorno, ele continuou participando do projeto, e em 1992 juntamente com a professora Irizelda, ele assumiu a coordenação do programa. Ele também orientou varias pesquisas de iniciação científica dentro do programa. Ele foi um grande companheiro.

O programa surgiu em primeiro de Fevereiro de 1988, com a abertura do projeto de Extensão – Programa de Alfabetização para Funcionários – PAF, processo nº 334/88, processo este que se encontra no departamento de protocolos da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Campus sede. O seu campo de atuação atingiria inicialmente a comunidade funcional da Universidade Estadual de Maringá e progressivamente aos familiares dos funcionários e comunidade local. Ele teve a participação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, Pró-Reitoria de administração, Departamento de Educação (Geografia, Letras, Ciências, Biologia) e Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR.

O projeto tinha como metas, segundo a professora Sonia Negrão, oportunizar aos funcionários, sem ou com pouca escolaridade, um curso que lhes proporcionasse condições de aprendizagem dos conteúdos referentes à primeira fase do 1º grau.

Essa formação aconteceu e foi muito além, visto que o programa teve vários alunos que depois ingressaram na universidade, fizeram pós-graduação e até mesmo o mestrado, entre eles podemos citar o caso da zeladora que se formou em história, e ex-alunos que se tornaram professores da UEM, como nos relata a professora Maria Tampellin Ferreira Negrão:

Nós trabalhamos muito e conseguimos formar muitas pessoas. Inclusive nós tínhamos um professor de matemática que passou pela educação de jovens e adultos ele tinha assim um tratamento todo especial para com os alunos, ele era professor do departamento de matemática, ele tinha um jeito todo especial de tratar o jovem e o adulto.

O programa não se limitou a atender as pessoas que vinham até a universidade, mas em certa ocasião ele saiu de dentro da universidade para alfabetizar a um grupo de catadores de recicláveis. Segundo a própria professora Maria Tampellin

Negrão, existia um grupo do Curso de Contabilidade das Ciências Econômicas que tinha um projeto que dava assistência a esse grupo de catadores de recicláveis e o Programa de Educação de Adultos participou desse projeto trabalhando com a alfabetização daquelas pessoas. Havia um grupo de estagiários do Programa de Alfabetização de Adultos que se dirigia ao local onde se fazia a seleção de recicláveis, perto do centro de zoonose, na Gleba Ribeirão Colombo, em Maringá para trabalhar com a alfabetização delas. Segundo a professora foi um trabalho muito árduo, pois esses catadores demonstravam, e às vezes com razão, ter mais interesse em ganhar o seu sustento não se importando muito com a alfabetização. Foi um trabalho árduo, mas conseguiram alguns resultados, mesmo que modestos: algumas daquelas pessoas conseguiram escrever o próprio nome e até mesmo ler algumas palavras.

O programa de Educação de Adultos, de acordo com o processo 334/88, sempre primou por uma formação integral do indivíduo quando diz que o programa busca possibilitar ao educando adulto a utilização eficaz das ferramentas culturais (o ler, o escrever, o raciocínio lógico matemático, conhecimentos de geografia, história e ciências físicas e biológicas) imprescindíveis para a leitura da realidade sócio-política-econômica em que vivemos. A professora Irizelda Martins de Souza e Silva, uma das coordenadoras do programa, nos diz que o programa é uma experiência que deve ser contada, pois ele é um programa que, independente de quem seja a pessoa que está a sua frente, foi pensado para atender a questão social da universidade, embora tenha crescido continuou atendendo da mesma maneira a toda a comunidade.

Outra meta inicial do programa era promover a formação de alfabetizadores de adultos através de estágio não curricular oferecido aos acadêmicos do curso de Pedagogia. No processo 334/88 encontramos os seguintes objetivos a esse respeito:

- Ampliar a oportunidade de áreas de atuação (estágios curriculares e extracurriculares) de forma a propiciar o atendimento às necessidades da prática de ensino da instituição;
- Elaborar e pesquisar metodologias específicas de ensino em educação de adultos que superem a dicotomia teoria x prática nesse campo da educação brasileira;
- Possibilitar ao alfabetizador as condições de se torna sujeito do seu próprio processo de formar-se como alfabetizar educador, tendo

em vista o objetivo de fazer uma leitura da realidade educacional e social brasileira;

- Analisar e pesquisar aspectos específicos do processo de ensino e aprendizagem do educando adulto e de suas implicações social;
- Possibilitar ao alfabetizando as condições de ensino para ir-se percebendo como sujeito do seu próprio processo de conhecimento e de sua prática social; e
- Elaborar procedimentos específicos de ensino e pesquisa em educação de adultos. (fl. 47).

A esse respeito o programa conseguiu também alcançar os seus objetivos, pois a professora Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto nos diz o seguinte:

O interessante é que foi um aprendizado muito rico tanto para o funcionário quanto para os estagiários. Têm estagiários que eu encontro hoje e eles me relatam que foi muito rica a passagem pelo programa. Tem alguns que são professores universitários hoje. Não faz muito tempo eu encontrei Eliana Branco, ela foi nossa estagiária e hoje ministra aulas na Unioeste, e ela disse: - nossa eu cresci demais, demais, demais naquele programa.

Ele foi muito importante para aqueles estagiários porque foi o primeiro contato, tirando a prática de ensino, porque eles não tinham o estágio, pelo menos como é visto hoje, entendido pela lei como é hoje. Eles tinham a prática de ensino, mas eles vivenciavam a escola em uma situação muito pequena. Era uma vivência de sala de aula, de observação participação e regência, um período de tempo muito pequeno. Já no programa havia uma participação em tudo: da administração, da organização, da estrutura, da escolha dos textos. Nós, coordenadores, trabalhávamos sempre juntos, mas elas tinham liberdade de escolher um texto, e a melhor maneira de ministrar as aulas.

Era uma troca importante e eu acho que isso deu segurança pedagógica para os alunos. E saíram de lá vários trabalhos de pós-graduação de mestrado, e de especialização. Foi um trabalho muito bom. E nós sempre acompanhando o estagiário. Eramos quase que uma grande família, os estagiários que entravam geralmente ficavam três, quatro anos no programa. Dificilmente entrou um e saiu seis meses depois. Geralmente, enquanto eles estavam acadêmicos, eles participavam do programa.

A professora Maria Tampellin Negrão também relatou em entrevista que o fato de as salas de aulas serem muito diversificadas tornava o programa um campo muito rico para o aprendizado tanto do estagiário como do aluno. A professora Irizelda Martins de Souza e Silva diz que para ela mesma foi um experiência muito rica, foi um momento de crescimento como profissional porque, na verdade, o programa tinha uma troca bastante importante inclusive nas questões sociais.

As coordenadoras e ex-coordenadoras são unânimes ao afirmar que o Programa de Educação de Adultos forneceu um diferencial na formação dos estagiários que por lá passaram e que foi uma experiência muito importante tanto para o estagiário quanto para o aluno. Isto acontecia porque quando o estagiário assumia uma sala ele vinha com uma grande vontade, tanto de ensinar, como de aprender, e no programa ele encontrava campo para o ensino e para a aprendizagem. O diferencial é que no programa o estagiário permanecia com a mesma turma no mínimo por um semestre e podia observar os pontos positivos ou negativos do seu trabalho. Ele conhecia seus alunos, as dificuldades e as facilidades de cada um e buscava a melhor maneira de ministrar suas aulas, pesquisando ou elaborando atividades que fossem do interesse do aluno e que estivesse no rol de conteúdos daquela turma sem nunca esquecer a sua utilidade no campo social. O estagiário conseguia fazer isto porque se sentia seguro sabendo que semanalmente tinham reuniões e grupos de estudos com os colegas e com os coordenadores de cada área. Havia também a colaboração dos departamentos e das licenciaturas que disponibilizava pessoal ou material para a elaboração de aulas que eram sempre muito práticas. A esse respeito a professora Sonia Negrão nos disse :

Nós sempre utilizamos todos os recursos possíveis dentro da universidade, e as pessoas sempre foram muito solícitas, de qualquer departamento, em qualquer ocasião. Precisou deles, eles sempre estavam solícitos, se não podiam ir às aulas, ajeitavam o material para nós, emprestavam o material, filmes, vídeos. E nós estávamos sempre utilizando o Laboratório de Aprendizagem - LAP, que sempre nos foi acessível, passávamos filmes, eram aulas bem dinâmicas. Nós mesmos preparávamos o material que seria trabalhado, e nós evitávamos estar trabalhando com eles textos infantis. Nós trabalhávamos com notícias de jornais, a gente adaptava um texto mais científico ao alcance deles como, por exemplo... teve uma vez, em um grupo que saiu a história de que leite com manga fazia mal. Ai, então o professor de historia preparou uma aula explicando de onde veio este mito. Nós convidamos um professor da engenharia de alimentos, e ele foi lá e deu uma aula para eles, de quais substâncias eram encontradas tanto na manga quanto no leite, e eram quase as mesmas, e foi uma aula muito legal. Então o professor tinha esta liberdade de preparar uma aula, uma unidade, mas também de acordo com a necessidade e o interesse do aluno. Os problemas que surgiam, as problematizações que saiam dentro da sala de aula, e eles iam a busca de levar o aluno a um trabalho, a uma experiência que lhe desse um alavancamento para a compreensão daquele assunto. Nosso objetivo maior era justamente isto: estimular a curiosidade, levar o aluno a querer aprender e não aceitar as coisas prontas.

Algo muito importante é que o aluno do programa sempre pode se beneficiar de todas as ferramentas que a universidade dispunha, tanto os recursos materiais como os didáticos. Ferramentas estas que muitas vezes ele não teria acesso em outras escolas que disponibilizavam a educação de adultos. Muito material didático foi desenvolvido no Programa de Alfabetização de Adultos, e outro pilar, foi criar um espaço para a pesquisa na área de Educação de Adultos, uma vez que a devida área era pouco explorada academicamente.

O programa possibilitou também a publicação de livros, artigos, pesquisas de iniciação científica, monografias, participação em vários congressos e também a participação no programa de alfabetização solidária. No processo 334/88 encontramos o exerto:

Foi desenvolvida a pesquisa de iniciação científica intitulada: “o ensino de fração em um programa de alfabetizado de adultos – e a monografia para o curso de especialização em psicologia da educação, com o título: O processo de Alfabetização de Adultos e a produção de textos”. Duas monografias de Metodologia e Técnicas de Pesquisa, do curso de pedagogia, tiveram como tema a “educação de adulto”, em 1992”. (fl. 280).

Entre as produções podemos citar ainda a elaboração e a publicação do Periódico “ALFABETIZANDO”, do livro Alfabetizando Adultos, e as pesquisas: “adultos trabalhadores em processo de alfabetização: uma investigação sobre a relação entre a inteligência prática e a moral autônoma, na perspectiva piagetiana”, coordenado pelos professores Luzia Marta Bellini e Adriano R. Ruiz, e o projeto de iniciação científica: “Alfabetização Matemática de Adultos: uma Abordagem psicopedagógica”, coordenado pelo professor Daniel de F. Barbosa e a bolsista Adriana de Campos. Ambos os trabalhos foram divulgados no I seminário de Educação de Jovens e Adultos e VIII Congresso Nacional – da Federação de Arte – Educadores do Brasil.

Relata-se também a participação no programa Alfabetização Solidária, coordenado pela professora Regina Lúcia Mesti, no qual parte dos participantes do Programa de Educação de Adultos foi até a cidade de Roteiro, no Estado de Alagoas. Segundo a professora Regina Lúcia Mesti, neste intercâmbio surgiu uma ideia muito interessante: foram utilizadas máquinas fotográficas como ferramenta para a alfabetização, doadas por meio de uma parceria com uma determinada marca de máquinas fotográficas, sendo distribuídas para o projeto Alfabetizando Adultos da

cidade de Roteiro/AI. Isto aconteceu porque a professora notou que, mesmo no final do século XX e início do século XXI, ainda existia um resquício da cultura do coronelismo inculcada nessas pessoas. Ela notou que existia certo receio de falar abertamente sobre as condições de vida e de trabalho. As máquinas fotográficas foram distribuídas para que eles fotografassem coisas do seu interesse e depois esses assuntos eram discutidos em sala de aula onde acontecia a alfabetização e o letramento, concomitantemente. A professora nos relatou que ao falar sobre as imagens que cada um havia feito, eles se soltavam mais, não demonstrando tanto medo de falar sobre o seu dia a dia. Segundo a professora, o trabalho obteve bons resultados, tanto na alfabetização como no letramento.

Em se tratando de números, o programa também alcançou bons resultados, como podemos ver na tabela abaixo. Nós transcrevemos diretamente do computador da secretaria do Programa de Educação de Adultos, os dados sobre o número de alunos atendidos, os que frequentaram e os que se formaram. Alguns dados estão faltando porque não constavam nesse banco de dados.

ANO	1ª a 4ª SÉRIE	5ª a 8ª SÉRIE	ENSINO MÉDIO	ALUNOS QUE FREQUENTARAM	FORMANDOS
1989	38	-	-	38	16
1990	37	*	-	67	10
1991	21	*	-	88	16
1992	*	*	-	210	35
1993	*	*	-	208	23
1994	66	41	75	182	33
1995	*	*	*	146	55
1996	45	56	89	190	33
1997	42	148	241	431	76

1998	63	198	239	500	75
1999	44	184	197	425	83
2000	35	130	150	315	43
201	25	110	135	270	24
2002	14	60	186	260	15
2003	20	93	106	219	16
2004	28	85	99	212	16
2005	29	41	88	158	61
2006	08	-	-	08	00
2007	11	59	09	79	00
2008	19	12	15	46	*
2009	04	02	04	10	*
2010	07	03	05	15	*
2011	07	05	-	12	*
2012	08	-	-	08	*
TOTAL	571	1.227	1.638	4.097	636

Obs.:

\* não consta do Relatório anual.

- Ainda não estava atendendo esta fase.

No início, o projeto atendia apenas os funcionários da UEM e teria a seguinte divisão de níveis de aprendizagem:

NÍVEL I – pessoas que não possuem conhecimento da Língua Portuguesa escrita. Seriam turmas com, no máximo, 30 alunos.

NÍVEL II – Pessoas que iniciaram a alfabetização. Turmas com, no máximo, 30 alunos.

Para o ingresso, o aprendente deveria possuir a pretensão de frequentar o Projeto de Alfabetização de Funcionários - PAF e passar por uma sondagem do saber escolar através de entrevista para a seleção do nível a que ele mais se adequava. Com o passar do tempo ele começou a atender de 5ª a 8ª séries e posteriormente o Ensino Médio.

Para as primeiras turmas foram sondados 92 funcionários analfabetos ou semialfabetizados. Desses, 72 funcionários foram inscritos no programa, porém, apenas 38 frequentaram todo o curso. As aulas eram ministradas no próprio campus sede nos seguintes horários: 15h às 17h; 16h às 18h e das 16h30min às 18h30min.

As aulas tinham a duração de 2 horas, 5 dias por semana e uma carga horária total para o ciclo de 1ª a 4ª séries de 400 horas. As horas aulas eram divididas entre os funcionários e a universidade da seguinte maneira: os departamentos liberariam o funcionários uma hora antes do fim do expediente normal e os funcionários permaneceriam estudando uma hora após o término do seu horário de trabalho. Por exemplo, um funcionário que tinha uma carga horária de 30 horas semanais e que trabalhasse das 11h às 17h deixaria o trabalho à 16h, mas ficaria na sala de aulas até às 18h. A esse respeito a professora Maria Negrão diz que:

Quanto a aceitação pelos funcionários foi muito boa, mas havia um emperramento por parte de alguns dos encarregados dos setores, não todos, porque eles tinham que soltar o funcionário uma hora mais cedo e nem todos tinham esta condição. Hoje, boa parte do serviço da UEM esta terceirizado. Naquela época não, e naquela época nós tínhamos o pessoal da construção que a UEM construía com os próprios funcionários. Tinha dias que eu marcava reunião ia conversar com esses chefes. Mas o projeto era uma coisa que tinha sido aprovada, e tinha passado pelo conselho deliberativo da UEM. Eu sei que para executar era difícil, mas aos poucos todos foram conseguindo adequar os seus horários. As vezes trocando o horário com um colega. Eu sei que tudo foi se arrumando. No começo foi uma ebulição. Era fogo por todos os lados, e nós tínhamos que correr para apagar. E além disso tínhamos que tentar fazer o aluno não participar diretamente dessa discussão, para não prejudicar o seu desempenho em sala de aula.

A professora Irizelda Martins de Souza e Silva também nos fala desse enfrentamento e das discussões com os encarregados dos setores em que estes funcionários trabalhavam, e as dificuldades para que estes fossem liberados uma hora mais cedo. Esta dificuldade era maior ainda na Fazenda Experimental do Iguatemi, e sobre isto a professora diz:

[...] eles tinham uma hora tirada deles e a universidade, aspas, cedia, dava uma hora. Mas quando ia esse isso foi iniciado na Fazenda Experimental do Iguatemi, aconteciam as maiores confusões, ou porque era época de colheita ou de abate, sempre tinha algumas coisas que impedia que os funcionários pudessem deixar o expediente uma hora mais cedo. Vinham os encarregados da fazenda e diziam: mas não pode professora, não é assim, e o trabalho deles? E a gente batia o pé e dizia: não, você tem que ceder uma hora. Então a gente tinha os enfrentamentos com o pessoal, porque o trabalho era cíclico, de colher, de abater animais.

No dia 05 de Junho de 1989, o reitor Fernando Pontes de Souza, em solenidade na sala do COU, entregou os primeiros dezesseis certificados aos funcionários que completaram os estudos da 1ª fase – 1ª à 4ª série – são eles: Ângelo dos Santos, Araci Cameloti, Durval Calegari, Ervidio Altoé, Francisco Lourenço de Almeida, Helsa Carvalho Leonel, Irineu Tenci, João Vieira Cameli, Joana Martins de Souza, Lourdes de M. Cantagallo, Maria Aparecida Frota Oscar Suter, Rosa Maria Limoni, Zulmira Simões Camito, Maria Euride Carlos Cancino e Manoel dos Santos filho. Porém a certificação dos funcionários que concluíam a 1ª Fase – 1ª a 4ª séries - nunca pode ser feita diretamente pela Universidade Estadual de Maringá, posto que esta é uma Instituição de ensino superior e não uma escola municipal ou estadual. O processo 334/88 diz que até 1989 não haviam conseguido sanar satisfatoriamente a questão dos Certificados que deveriam ser entregues ao funcionário ao final da fase 01, pois a universidade não tem autonomia para expedir estes certificados. A solução encontrada foi expedir os certificados pelo Centro de Estudos Supletivo de Maringá – CES, e, em reunião com o seu diretor, e com a professora Silvia Inês Carrilho Vasconcelos – DLE, concluiu-se que a UEM poderia assumir e propor o conteúdo, a metodologia e a avaliação, ficando com o CES só as questões administrativas. Assim, o PEA enviaria o resultado final do aproveitamento dos alunos-funcionários. Sobre essa questão a professora Sonia Negrão nos relata:

E aí tivemos um problema com a certificação, a UEM não poderia estar certificando esses funcionários. Seria necessário que eles frequentassem o nosso curso e depois fizessem provas do curso

supletivo para obterem a certificação. Foi então que nós fizemos um convenio com o professor Manoel, que era o diretor do Centro de Estudos Supletivo de Maringá – CES. Era lavrada uma Ata atestando o estudo do funcionário realizado na UEM, e, ao final do da 1ª Fase do Ensino Fundamental eles recebiam o certificado de conclusão das séries iniciais do ensino fundamental.

O grande benefício desse acordo firmado com o Centro de Estudos Supletivos – CES, foi o fato de que os funcionários não necessitavam ir até o CES para fazer as avaliações. Toda e qualquer avaliação era elaborada e aplicada pelos profissionais da UEM, o que permitia fazer a avaliação continuada, o que faz parte da metodologia pretendida pelo Programa de Educação de Adultos da UEM, e não depender apenas de uma nota final para avaliar todo o conhecimento adquirido pelo aluno no decorrer de todo o curso. A respeito desta certificação, as coordenadoras tentaram também fazer uma articulação com o Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá – Ensino Fundamental e Médio - CAP/UEM, fundado em 1974 com a finalidade de servir como laboratório de investigação, testagem e experimentação de técnicas pedagógicas; servir como centro inovador e catalisador do processo de inovação pedagógica; e prestar serviços à comunidade relacionada a sua finalidade. A esse respeito, a professora Maria Tampellin Negrão nos diz:

Eu penso que tenha sido uma grande pena nós não termos conseguido articular o Programa de Educação de Adultos ao CAP. Isto não foi possível porque na época o CAP não tinha condições de abraçar mais uma modalidade de ensino, tanto pela falta de professores, como pela falta de uma pessoa da própria universidade que pudesse estar fazendo esta articulação.

Durante algum tempo este acordo com CES funcionou muito bem, mas posteriormente, surgiram outros problemas devido à ampliação do programa que passou a atender também aos alunos de 5ª a 8ª séries e o ensino médio. Houve também mudanças na estrutura do CES que juntamente com a mudança da denominação teve que se adequar às novas normatizações do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação, Denominações: CES – Centro de Estudo Supletivo “Prof. Manoel Rodrigues da Silva” (19/05/1985 à 10/09/1998); CEAD – Centro Estadual de Educação Aberta Continuada a Distância “Prof. Manoel Rodrigues da Silva” (11/09/1998 à 15/02/2000) e CEEBEJA – Centro Estadual de

Educação Básica para Jovens e Adultos “Prof. Manoel Rodrigues da Silva” (16/02/200 até a presente data).

Em 1990 o projeto deixou a Pró-reitoria de Extensão e passou a integrar a Pró-Reitoria de Recursos Humanos. Neste ano o programa conseguiu fazer também com que trinta alunos continuassem os estudos de 5ª a 8ª séries. E em 28 de fevereiro de 1991, a resolução 40/91 – CAD, celebra um convênio entre a FUEM e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para a execução do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, durante a gestão do Reitor Décio Sperandio. No mesmo ano por meio da resolução nº 095/91 – CAD – Conselho de Administração, o órgão proponente do projeto de extensão é alterado novamente. O Conselho de Administração aprovou e o vice-reitor Luiz Antonio de Souza sancionou a alteração do órgão proponente que passou a ser o Departamento de Teoria e Prática da Educação – DTP, onde permanece até a presente data. No mesmo ano, 1991, como o programa já não oferecia apenas a alfabetização de funcionários, atendendo também à comunidade local e de 5ª a 8ª série, passou a se denominar PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ELEMENTAR PARA ADULTOS – PEE. A ampliação do atendimento do Programa ocorreu por vários motivos, mas os principais são citados pelas próprias coordenadoras do programa. A professora Sonia Negrão informa:

Nós fomos expandindo o atendimento e criando novas turmas conforme os alunos-funcionários progrediam e queriam continuar estudando, então nós fomos expandindo... 5ª a 8ª séries e ensino médio. Nós passamos a ter salas de aula no hospital, na fazenda, e é claro, no campus de Maringá. A partir do momento em que começamos a diversificar as séries, podemos também ter condições para atender a comunidade local. Esposos de funcionários, pais, mães, outros parentes e pessoas da comunidade vizinha. Se bem que tivemos casos de pessoas que vinham de bairros distantes da UEM para assistir nossas aulas. Havia senhoras que gostavam do nosso horário, que era no final de tarde, das 16h30min as 18h30min. Era um bom horário para as senhoras que tinham que cuidar dos filhos, esposos e da casa. Elas gostavam desse horário para estudar. E a ampliação do programa foi assim. Depois que começa a atender de 5ª a 8ª séries, nós fizemos convênios com os outros departamentos e licenciaturas, para que estagiários viessem dar o conteúdo do currículo que lhes era de direito. Passamos a ter todas as disciplinas currículo. Quando começamos a atender o ensino médio fizemos novas alterações. E este projeto foi crescendo com o tempo, acho que a época em que teve o maior número de matrículas foi quando a Professora Regina Mesti era a

coordenadora. Com o atendimento a comunidade local, acredito ter ouvido falar que chegou a quase 500 alunos matriculados.

A professora Janira Siqueira Camargo nos relata a mesma situação:

O programa começou pequeno, atendendo inicialmente da 1ª a 4ª séries, mas houve um interesse dos alunos que terminavam esta etapa e queriam dar continuidade aos seus estudos, e também de outras pessoas. Então foram abertas outras turmas de 5ª a 8ª séries. Quando estas pessoas terminavam este ciclo elas queriam também completar o ensino médio, e este também foi ofertado. Houve também o interesse da comunidade local e esta foi atendida.

Em 1991, assumiu a coordenação, a professora Nerli Nonato Ribeiro Mori, que exerceu o cargo de Agosto a Dezembro. Em 1992, uma vez que o atendimento foi estendido à comunidade em geral e não mais estava restrito aos funcionários, e com a implantação do 2º grau, foi aprovada a mudança do nome do programa para “PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS – PEA”. O Departamento de Teoria e Prática da Educação indicou para a coordenação do programa a professora Irizelda Martins de Souza e Silva.

As avaliações de 5ª a 8ª séries e do 2º grau eram diferentes do que acontecia com as séries iniciais. O programa já não tinha total autonomia sobre as notas dos alunos, as avaliações preparadas e aplicadas pelos integrantes do programa, correspondiam apenas a 40 por cento da nota total possível de ser alcançada pelo aluno. Os outros 60 por cento advinham de provas elaboradas pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBEJA, e aplicadas pelos seus funcionários. Nos primeiros anos, as provas eram aplicadas dentro da própria UEM, mas, adequando-se às novas normatizações do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação, advindos com a Lei 9394/96, as provas já não eram mais aplicadas na Universidade, os alunos do programa tinham que se deslocar até outras escolas estaduais, ou até o próprio CEEBEJA, para realizarem essas provas. A esse respeito a Professora Janira Siqueira Camargo diz:

Em seu início nós tínhamos uma espécie de convênio com o CEEBEJA de forma que o aluno era avaliado parcialmente pela universidade e parcialmente pelo CEEBEJA. Isto funcionava da seguinte maneira: os professores estagiários do PEA avaliavam os alunos durante o curso e aplicavam uma nota que correspondia a 40 por cento da nota total possível do aluno, e o CEEBEJA aplicava uma avaliação que corresponderia a 60 por cento da nota total

possível do aluno. As provas eram preparadas pelo CEEBEJA e aplicadas pelos seus funcionários, aqui na UEM, mesmo assim, percebíamos que desta maneira os alunos ficavam mais tranquilos, por poderem fazer a prova na própria UEM, o local onde eles estavam acostumados a estudar.

Na prática esta avaliação compartilhada não era aceita tão tranquilamente pelos dois lados. Como foi revelado em entrevista pela professora Maria Tampellin Negrão.

E a gente tentava uma parceria com o CAP, mas o CAP não tinha educação para jovens e Adultos. Então o programa todo estava ligado ao CEEBEJA. Tanto é que havia duas notas, uma referente as avaliações do PEA, e outra da prova elaborada e aplicada pelo CEEBEJA. Mas a que prevalecia era a nota do CEEBEJA. As vezes a gente tentava conversar e fazer prevalecer o trabalho da universidade que era presencial. Existia uma grande preocupação com o conteúdo e com o social, era corpo a corpo. Mas nós não conseguimos isso. Ficou mesmo 60 por cento... a gente falava 60 por cento, mas o que eles faziam prevalecia sobre o que nós fazíamos. Esta era uma política do próprio estado, do próprio CEEBEJA. Era uma forma até de subsistência do próprio CEEBEJA porque eles não tinham ninguém aqui dentro da universidade para garantir que o trabalho estava sendo feito. A avaliação deles... eles vinham aqui e aplicavam esta avaliação, ou nossos alunos iam lá. Tanto eles vieram aqui aplicar a prova, como os nossos alunos foram.

A certificação e a avaliação para a certificação sempre foi um dos principais problemas do Programa de Educação Para Adultos, e, a partir de 2000, estes problemas se acentuaram ainda mais, pois se até então havia a avaliação compartilhada, a partir dessa data a única avaliação validada seria a feita pelo CEEBEJA, por meio do "Provão". Esta avaliação única causou um "mal estar" dentro do programa pois este sempre se preocupou com o letramento e em fornecer uma educação para a cidadania. O programa sempre cobrou a presença e o aprendizado do conteúdo. Não era o objetivo do Programa preparar o aluno para uma prova.

Segundo o processo 334/88, a avaliação deveria ser um processo que acompanha o desenvolvimento contínuo do educando evidenciando nas suas produções escritas, no diálogo em sala de aula onde este argumenta seu ponto de vista, discute e revela visões do mundo, estabelece relações históricas, situa estas relações no tempo e no espaço.

O ensino de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> dentro do programa funcionava da seguinte maneira: As aulas eram sempre presenciais e todas as disciplinas oferecidas. Os alunos faziam todas as disciplinas de 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries, diferente do que acontece no CEEBEJA,

onde são oferecidas as disciplinas de 5ª a 8ª séries; após fazer as avaliações de todas as disciplinas e ter uma nota igual ou superior a 60 por cento, o aluno receberia o certificado de conclusão de curso. A presença não seria obrigatória. Isto tornou o Programa da UEM menos atraente para as pessoas. Sobre o assunto a professora Maria Tampellin Negrão diz:

Antigamente, a educação de Jovens e Adultos funcionava com um curso normal, eles ofereciam todas as disciplinas lá no CEEBEJA. Então em vez dos funcionários fazerem as aulas lá, eles faziam as aulas aqui na UEM. Mas era um curso normal apenas o tempo de duração era menor. Então o aluno fazia todas as disciplinas e era avaliado por meio das provas. Acontece que isto mudou. Hoje eles não oferecem mais todas as disciplinas. Eles oferecem por semestre disciplinas específicas. E no CEEBEJA existe a opção de apenas fazer as provas. O aluno não precisa frequentar as aulas. ele pode simplesmente fazer as provas. Nós já não podíamos mais aplicar aquelas provas aqui na Universidade, e passamos a ter que oferecer ao aluno as disciplinas específicas que eles iriam ser avaliados naquele semestre, então por exemplo: o ensino médio, tem lá varias disciplinas: química, física, biologia. Naquele semestre, lá no CEBEEJA oferece química e biologia. A gente só podia oferecer aqui, química e biologia. As outras, a gente não oferecia porque o aluno não poderia fazer a avaliação. Então, isto foi mudando bastante e quando isto mudou, nós tivemos... não foi só por isto, mas um esvaziamento, que também aconteceu porque chegou a uma certa altura que todos os nossos funcionários já estavam praticamente feito até o ensino médio.

A partir dessa exigência é que nós tivemos que nos articular com o CEEBEJA e isto foi trazendo inclusive insatisfação para os nossos estagiários porque o que nós fazíamos valia só 40 por cento e o que o CEEBEJA fazia valia 60 por cento, e veja que o nosso trabalho não era apenas o de preparação para a prova. O nosso trabalho continuou com as exigências de aprendizagem do conteúdo, já o CEEBEJA fazia um trabalho de preparação para prova, eles faziam um teste e se não fossem aprovados eles frequentavam um período pra recuperação e faziam uma nova prova, eles tinham direito a três avaliações por disciplina. E nós fazíamos a nossas aulas as nossas avaliações o nossos conteúdos, que nós sempre articulamos com o conteúdo do CEEBEJA, nossos conteúdos sempre foram vinculados com o CEEBEJA, mas sempre voltados para a formação cidadã. . Aqui nós tínhamos uma articulação entre todas as disciplinas. E no CEEBEJA eles faziam a avaliação estanque. Se era matemática, era só matemática, se era geografia, era só geografia e assim por diante. Então antes do CEEBEJA ele funcionava da seguinte maneira, era como um colégio normal. No período de quatro meses eram trabalhados todas as disciplinas, e existia uma articulação. E essa articulação era mantida pelas reuniões com os professores responsáveis pelas licenciaturas, então havia uma coesão de trabalho. Discutia-se a dificuldade do aluno, a dificuldade do estagiário, a facilidade do estagiário, então tudo isso era discutido nessas reuniões. Não chegávamos a trabalhar de forma

interdisciplinar, mas tínhamos uma articulação entre os trabalhos com as disciplinas buscando atender as necessidades dos alunos não só para a prova do CEEBEJA, mas também a necessidade dele para usar no dia-a-dia dele o conteúdo que tava sendo trabalhado na universidade. Havia uma preocupação, não apenas para preparar o aluno para a prova do CEEBEJA, mas fornecer conteúdos que ele fosse utilizar durante toda a vida. Diferente do CEEBEJA em que ele fazia as avaliações de 5ª a 8ª, aqui ele fazia a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª, isso conosco aqui na universidade. Já no CEEBEJA ele vai fazer uma única disciplina, Língua Portuguesa, Matemática, Geografia. Então o nosso prejuízo foi ali nessa fragmentação. O prejuízo da universidade em números de alunos, em termos de prática pedagógica e de metodologia também. Isto mudou a sistemática de trabalho do programa. O CEEBEJA todo ano oferecia o provão para todas as disciplinas, por exemplo, o aluno que eliminasse todas as disciplinas de quinta a oitava podia ingressar no ensino médio, e aí após fazer o provão se ele fosse aprovado ele já não queria mais frequentar as aulas aqui na universidade. E nas séries iniciais se você conseguisse 60 por cento da pontuação possível na prova do CEEBEJA, você não precisava ficar frequentando. E nós tínhamos o trabalho presencial, dessa forma aquele aluno que tinha um conhecimento maior, nos fazíamos uma troca de informações com aqueles que não tinham, os trabalhos geralmente eram em grupo, para haver a troca de informações, a troca de conhecimento.

Hoje o que nós precisamos é diferenciar o trabalho que a universidade desenvolve, em contraposição, vamos colocar assim, ao trabalho que é desenvolvido pelo CEEBEJA, isso sem inimizizar o trabalho do CEEBEJA, por eles estão fazendo o quê? Eles estão certificando um grupo trabalhado por outros professores que não os deles, porque não são os professores do estado que estão trabalhando aqui na universidade. E essa avaliação sendo feita fora da universidade tira esse sentimento de pertença do aluno para com a universidade, e da universidade para com o aluno. Era frustrante para o estagiário porque as vezes você está seguindo um rumo, mas você não pode perder de vista o que é que este aluno vai ter que responder lá no provão. Então você tem que coordenar as duas coisas. O conteúdo interessante para o aluno em sua prática de vida e o conteúdo que será cobrado no provão. Mas não havia muitos problemas quanto à metodologia e a coordenação dos conteúdos a serem ministrados e o conteúdo do provão, o que era muito frustrante para os estagiários é que às vezes os resultados conseguidos aqui dentro da universidade eram um, e chegava lá devido a fragmentação do conteúdo, a forma como esse conteúdo era desenvolvido, o resultado era outro, então tinham dois tipos de avaliação, e isso foi desencantando o próprio aluno.

Sem dúvida, essa foi uma das principais dificuldades enfrentada pelo programa. Mas houve muitas outras adversidades que necessitaram ser vencidas durante os seus vinte e cinco anos. Entre elas podemos citar: a falta de um local próprio para as

aulas; a falta de um funcionário que cuidasse dos assuntos da secretaria; e os recursos que sempre foram escassos.

A falta de um local próprio para as aulas aconteceu no campus sede, no Hospital Universitário e também na Fazenda Experimental Iguatemi. No Processo 334/88 encontramos várias referências a este respeito, como:

Foram tomadas as seguintes providências para solicitar intervenções de órgãos que tem responsabilidade (em tese) de providenciar infraestrutura para o desenvolvimento de projetos na UEM.

- Ofício e visita para retratar as condições precárias e solicitar soluções:
  - 1) PEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UEM;
  - 2) Prefeitura do Campus da UEM;
  - 3) C.I.P.A – Comissão Interna de Prevenção a Acidentes UEM;
- Pedido de socorro junto à coordenação do Museu Dinâmico Interdisciplinar - MUD, Sr. Marcilio Hubner Miranda Neto, professor doutor do DCM - Departamento de Ciências Morfofisiológicas, que planejou o novo prédio do museu prevendo um espaço para a secretaria do programa e até mesmo para as salas de aula. O projeto arquitetônico do Museu Dinâmico Interdisciplinar, com previsão do espaço para o programa de educação para adultos encontra-se na prefeitura do campus da universidade estadual de Maringá. (fl.782-783).

O programa, desde sua criação, pôde contar com as salas do bloco D 34 no período da tarde para as suas aulas, porém, no período da manhã não havia um local fixo, pois o DAA afirmava que não tinha espaço para reservas e que os cursos de graduação e especialização tinham prioridade no atendimento. A secretaria também nunca funcionou em um local adequado para o tamanho do programa, ela iniciou na sala 4 do bloco 5, e, posteriormente, foi transferida para a sala 11 do bloco 6, onde funciona até hoje. Porém, este local também não era o ideal, visto que em alguns anos o programa atendeu até 500 alunos, 47 estagiários e o pessoal da coordenação e orientação. Sempre foi uma reivindicação do programa um local onde pudessem acomodar todo o seu material e principalmente o pessoal que participava dos estudos em grupo e o trabalho de elaboração de aulas e reunião dos estagiários e coordenadores.

Na Fazenda Experimental de Iguatemi esse problema era ainda maior. No processo 334/88 encontramos o seguinte relato:

Falta de sala de aula na FEI.

Principalmente no início do ano houve dificuldade em conseguir espaço para as aulas na FEI. As mesmas foram ministradas na sala das cabras sendo interrompidas no período de cria. Foram, então, transferidas para a sala do apiário, onde, às vezes, o número de abelhas presentes no ambiente dificultava o trabalho das estagiárias e alunos.

Foi possível ministrar aulas até o final do ano, porém, este problema não foi solucionado, uma vez que não existe ainda um espaço definitivo para o trabalho de alfabetização. (fl. 259).

Outro problema foi a falta de um profissional que fizesse os trâmites pertinentes à secretaria do programa. No início do programa essa falta prejudicou até mesmo a elaboração de uma didática específica que atendesse às necessidades do Educando Adulto, que era um dos pontos primordiais do Programa. Isto ocorreu porque todo o trabalho pertinente à secretaria de uma escola era feito pela coordenadora do curso. Conforme nos relata a professora Maria Tampellin Negrão:

Havia também todo um trabalho de secretaria que deveria ser feito, se bem que demorou muito para que tivéssemos uma secretária. E antes era o próprio coordenador do programa que fazia todo o trabalho. Então ele tinha que deixar suas atividades como coordenador para realizar este trabalho pertinente à secretaria.

Posteriormente, mas ainda de uma forma improvisada, as tarefas técnicas administrativas, que correspondiam ao trabalho de uma secretaria de Escola, passaram a ser feitos por uma estagiária, com a utilização de uma bolsa-trabalho. Devido ao grande número de alunos sempre houve a reivindicação pela contratação desse profissional.

Somente em abril de 1997 esta dificuldade foi resolvida, pois remanejaram para o Programa de Educação para Adultos a técnica administrativa Lucineide Patrício Souza que passou realizar as seguintes atividades: matricular os alunos; dar informações ao público em geral; solicitar o diário de classe; junto aos acadêmicos que desenvolvem a atividade de professor nas salas de jovens e adultos; para informar as notas ao Centro de Estudos Supletivo - CES; elaborar a listagem mensal dos acadêmicos que recebem a bolsa educação; enviando-a para o Departamento de Finanças da UEM; fazer o relatório mensal de presença dos funcionários da UEM que eram beneficiados com a liberação de uma hora de serviço para frequentar as aulas e encaminhar para o DPE-CPA; receber e elaborar as correspondências necessárias para a manutenção do programa; atender as solicitações dos

professores orientadores; preparar a lista de formandos e levantar os dados referentes ao público atendido e demais informações para o relatório anual do programa.

Durante sete anos o Programa esteve sem um profissional que exercesse essas funções, dessa forma, acumulando o trabalho de outras pessoas. A respeito desse trabalho realizado na secretaria do Programa de Educação de Adultos a professora Maria Negrão relata:

Levou-se muito tempo para termos o trabalho de uma secretária, e mesmo assim, por varias vezes, tentaram levar a secretaria do programa de educação de adultos para o Departamento de Teoria e Prática da Educação. Algumas pessoas pensavam que o secretário era do departamento e não do programa, e a Lucineide, nos assuntos que se referiam à secretaria, foi uma das peças fundamentais do programa, porque a gente cuidava de preparar as aulas, de acompanhar o desenvolvimento dessas aulas, de ajudar a preparar a avaliação, e ajudar a corrigir essas avaliações. Então, toda essa parte didática metodológica era de nossa conta, porém, os registros e o encaminhamento desse registro para o CEEBEJA, trazer as informações para a coordenação, isso ficou como uma exclusividade da Lucineide, e ela muitas vezes ficou com serviço acumulado... com função acumulada, mas ela dava conta porque era muito organizada.

O Programa de Educação de Adultos chegou ao seu vigésimo quinto aniversário, mas não sem muito trabalho, e dificuldades vencidas, e isso deve-se ao fato de que as pessoas que dele participaram e participam são pessoas capazes e que se doaram ao programa mais do que seria sua obrigação. E isto aconteceu com os coordenadores, secretaria, professores orientadores e estagiários. A própria professora Sonia Negrão, mesmo estando na Pós-Graduação, continuou participando do Projeto, orientando as estagiárias e acompanhando as reuniões de estudos semanalmente. No processo 334/88 constam as dificuldades para se conseguir estagiários, pois a carga horária era alta para uma remuneração muito baixa, posto que no seu início a bolsa correspondia a um piso salarial, porém, em 1996, já não correspondia mais a esse valor, e mesmo assim a reprodução do material didático algumas vezes era feita com o recurso dos próprios estagiários.

Cabe aqui dar o valor devido aos estagiários que, por questões mais sociais do que financeira, abraçaram a causa do Programa de Educação de Adultos. A professora Janira Siqueira Camargo também relata que muitos dos estagiários eram bolsistas, mas muitos não. Independente da bolsa de trabalho ou não, o Programa de

Educação de Adultos era encarado, pelos estagiários, mais como um movimento social. E a professora Maria Tampellin Negrão relata:

Nós, da coordenação, conseguimos também dar conta porque os estagiários que vinham para nós, não era qualquer estagiário, era quem tinha realmente vontade de trabalhar. Não só vontade, mas tinha conhecimento de causa pra poder desenvolver o trabalho. Esses estagiários eram passados por uma seleção, e quando a vontade era grande e conteúdo nem tanto, nós procurávamos trabalhar este conteúdo com o estagiário, para que ele pudesse trabalhar com o aluno.

A respeito dessas dificuldades a professora Sonia Negrão também relata:

[...] antes era o próprio coordenador do programa que fazia todo o trabalho de secretaria. A gente previa uma carga horária, mas aquela carga horária, que o departamento previa Sonia para o PROEJA, que era o programa de educação de jovens e adultos não era suficiente, você sempre trabalhava muito mais do que aquelas horas designadas pelo próprio departamento. Além do que, o programa de educação de jovens e adultos não se resumiu só ao trabalho de alfabetização dentro da universidade.

Embora o DTP seja o departamento chefe do programa ele nunca o absorveu. Ele sempre foi tocado por questões pessoais, por projetos pessoais. Por exemplo, toda vez que um coordenador tem que se afastar do projeto, geralmente, e, para uma formação de pós graduação ela tem que “convencer” um colega para assumir o seu lugar como coordenadora... ai aquele colega é que vai lá, e trabalha sozinho. Não é um programa que tenha bolsa para o coordenador, por exemplo, não se ganha nada. Todos nós que trabalhamos lá, trabalhamos para o programa, pela existência dele, pela necessidade social. Não é como um outro que você tem uma função gratificada pra fazer isso [...] Por exemplo, hoje a Regina Mesti esta lá, mas a Regina não esta na Pós-Graduação. Ela abre mão de algumas outras formas de trabalho pra estar lá. Hoje ela ia fazer uma reunião à tarde porque ela quer que os professores que estão novos lá, recém contratados, quer mostrar o programa, movimentar porque senão o programa vai morrer, daqui uns dois, três anos ela já esta se aposentando também. Então, eu acho que está muito no pessoal, embora ele sempre teve apoio da administração geral da universidade das Pró-Reitorias, do próprio DTP ele não foi assumido como algo que precisa ser levado independente de quem vai estar lá, ele conseguiu chegar a 25 anos graças á dedicação de algumas pessoas. Mas o futuro dele é incerto.

Embora o Programa de Educação para Adultos tenha começado de uma forma tímida no que se refere ao número de alunos, no final da década de 1990 ele chegou a atender 500 alunos em um único ano. E este é um número que se equipara ao da maioria das escolas de porte médio do município. O seu início modesto deve-se ao fato de as pessoas que desenvolveram o programa terem consciência de que seria

melhor começarem com um número pequeno de alunos por sala, e irem aumentando o número de turmas de acordo com as melhorias que fossem sendo conseguidas para o andamento do Programa. Já o fato de o programa ter alcançado um número tão grande de alunos deve-se ao fato de que ele foi muito bem aceito pelos funcionários da UEM, que viram no programa uma chance de se alfabetizarem ou terminarem o ensino fundamental e médio, abrindo possibilidades para uma maior remuneração salarial em sua própria função ou buscando um outro cargo que lhes oferecesse melhores condições de vida. É claro que houve todo um trabalho de pesquisa e cadastro dos funcionários que poderiam se beneficiar com o Programa, bem como um trabalho de conscientização sobre os benefícios da educação por meio de visitas periódicas, aos departamentos onde estas pessoas estavam lotadas. Sobre isso, a secretária Lucineide Patrício Souza disse em entrevista:

Foi muito interessante porque além da universidade fornecer parte do horário para o funcionário estudar, quando ele concluía um ciclo de estudos havia um adicional nos vencimentos. Agora eu não sei como está, mas era dessa maneira. Além desse incentivo nós fazíamos chamadas na televisão e havia reportagens falando sobre o curso, a repórter vinha fazer entrevista com a coordenadora aqui na porta do bloco, só que quando se rompeu a parceria com o CEEBEJA a gente já não podia mais noticiar. Mas a divulgação interna sempre foi feita, eu sempre enviei os comunicados para todos os departamentos, sem contar que as supervisoras sempre visitavam os departamentos para conversar com os encarregados, conscientizando-os, dos benefícios de se ter funcionários cada vez mais letrados.

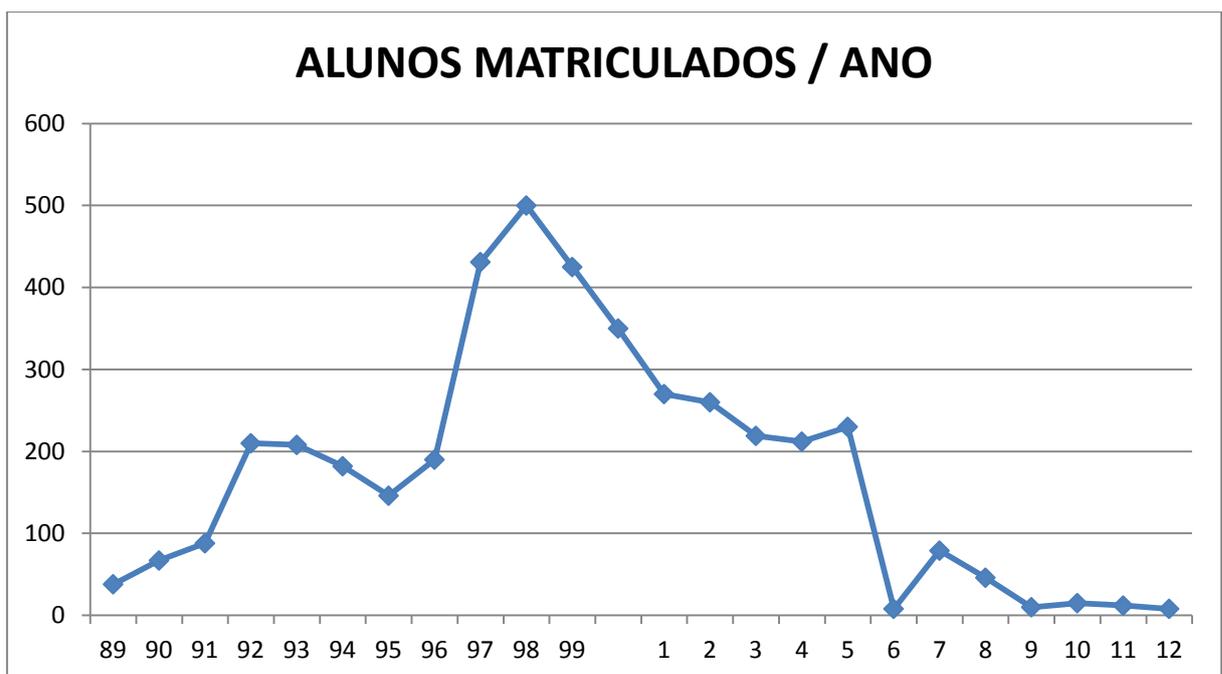
Outro motivo para o grande número de alunos no programa era a facilidade de horário e a localização para os funcionários. Os coordenadores sempre conseguiram que os horários fossem respeitados, dessa forma o funcionário ao sair do seu local de trabalho já ia para a sala de aula, sem ter que se deslocar até uma escola Municipal, Estadual ou até o CEEBEJA para assistir as aulas. Eles tinham a vantagem de assistir as aulas no próprio local de trabalho. Porém, após o ano 2000, quer porque a modalidade já era oferecida em várias escolas fora da universidade, quer porque os alunos tinham que fazer as avaliações no CEEBEJA ou porque ele tinha cumprido um ciclo, o número de alunos frequentes começou a diminuir. Segundo a professora Maria Negrão isto ocorreu porque:

Eu acredito que o maior esvaziamento foi mesmo devido às exigências do CEEBEJA. Nossas avaliações já não tinham nenhum valor para a promoção do aluno e foi-se perdendo o próprio foco da

Universidade com o seu trabalho. Até a época que tínhamos o convênio com o Centro de Estudos Supletivo, a nota que valia era a nota aqui mesmo da universidade, porém, depois passou-se a ter a exigência legal do CEEBEJA. Quem passou a ser responsável pelo ensino fundamental e médio foi o Estado. E no CEEBEJA o aluno não era tão cobrado como aqui no Programa. Lá era mais livre, o aluno comparecia para fazer as provas... tinha uma carga horária presencial, mas não era uma carga presencial alta, tinha menos exigências do que nós. Um dos motivos para o esvaziamento, a principio, eu penso que tenha sido isso. Era muito mais fácil para o aluno ir no CEEBEJA e se preparar para as provas que são aplicadas lá mesmo, do que vir estudar aqui na UEM, e depois ter que ir até lá para fazer as provas.

Vamos ver no quadro quadro 1, a evolução das turmas de 1988 à 2012:

**Quadro 1:**



Embora não seja o objetivo deste trabalho analisar o esvaziamento do Programa de Educação de Adultos, devemos analisar os motivos que levaram a esse esvaziamento. Entre eles temos o fato de que a Educação para Adultos passou a ser oferecida em quase todas as escolas, sejam municipais ou estaduais sendo mais fácil para as pessoas frequentarem as aulas perto de suas casas do que terem que se deslocar até a Universidade. Também há o fato de a Universidade não oferecer o curso no período da noite, dificultando para quem trabalha em outro lugar que não

na Universidade. Outro ponto fundamental para o esvaziamento das salas de aulas é revelado pela professora Janira Siqueira de Camargo:

E ele (o Programa de Educação de Adultos) foi um projeto [...] foi não [...] é um projeto que tinha algo para cumprir e cumpriu, em números é claro, porque em qualidade ele ainda está bem vivo. Mas acho que é aquilo que eu disse. Acho que ele cumpriu um ciclo, e hoje já não tem muito mais o que fazer. O PROEJA tem um histórico bonito. Teve anos que nós tivemos muitos alunos chegamos a ter quase 500 alunos porque tinha um objetivo que era alfabetizar os funcionários da UEM, e o seu esvaziamento aconteceu porque chegou a uma certa altura que todos os nossos funcionários já estavam alfabetizado ou praticamente todos tinham feito até o ensino médio. A medida que você tem todos os funcionários atendido. Ai esse horário de funcionamento das 16:30mim, você não tem gente fora daqui interessado. Este horário é muito difícil. As pessoas precisam muito mais à noite.

Seria interessante retomarmos o que foi dito pela professora Maria Negrão, sobre o trabalho que foi feito com o grupo de catadores de recicláveis, e pensarmos: Existem outros segmentos da sociedade que o programa poderia atender? A professora Regina Mesti é enfática ao dizer que o programa não acabou, e se depender de seus esforços não será encerrado, principalmente porque ele tem caráter permanente, ou seja não tem um prazo específico para seu encerramento. De qualquer maneira parece oportuno terminar esta parte do trabalho com as palavras da Professora Sonia Maria Vieira Negrão Rosseto, a idealizadora do programa que no final de sua entrevista disse:

Eu acredito que tenha que se revigorar o Programa... existem tantos analfabetos ainda no município que não dá para a Universidade ficar de braços cruzados, principalmente uma universidade que tem o curso de pedagogia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, objetivamos apresentar a constituição histórica e pedagógica do Programa de Educação de Adultos da Universidade Estadual de Maringá (PEA/UEM), ressaltando a participação de professoras do Departamento de Teoria e Prática (DTP) e Departamento de Fundamentos da Educação (DFE), em um projeto de educação para a cidadania. Para isso optamos por consultar o processo 334/88, que deu origem ao Programa para Alfabetização de Funcionários - PAF, e entrevistas com a secretária do mesmo, bem como com algumas de suas coordenadoras. No decorrer deste trabalho pudemos observar que antes de 1988, já existia uma preocupação por parte da Instituição em desenvolver um trabalho para a alfabetização de seus funcionários. Porém apesar de o projeto ter tido o apoio da Instituição, não foram poucas as adversidades que as pessoas envolvidas com o programa tiveram que contornar para que o mesmo chegasse ao seu vigésimo quinto aniversário, com bons resultados, e uma grande experiência acumulada, e difundida.

O fato que mais chamou nossa atenção ao longo da pesquisa foi que no final da década de 1990, o programa contava com um grande número de pessoas matriculadas, e em 2012, ele atendeu apenas 8 alunos.

O que teria acontecido? Por que houve esse esvaziamento?

Embora não seja o objetivo deste trabalho dar uma resposta a estas questões, o fato nos deixou intrigados. A conclusão a que chegamos após analisar o projeto 334/88, e entrevistar algumas das coordenadoras do programa, é que não existe um único motivo para o esvaziamento. Entre estes motivos podemos citar o fato de os alunos não poderem ter uma avaliação para a certificação dentro da UEM, tendo que se deslocar até outros locais para fazer as provas. Existem também algumas facilidades oferecidas pelo CEEBEJA como, por exemplo, a opção por apenas fazer as provas sem ter que assistir as aulas. Na UEM o aluno tem que cumprir uma carga horária mínima (75% das aulas dadas). Outra questão é o próprio conteúdo, que, pode ser único no CEEBEJA e na UEM, porém, no PEA, este conteúdo é trabalhado de uma forma mais contextualizada. O PEA não se preocupa em preparar o aluno apenas para a prova (algo baseado na memorização de conteúdos), mas busca, sim, uma

educação de qualidade e para a cidadania. E isto é claro exige um compromisso muito maior por parte do aluno. Porém, como já foi colocado pela professora Maria Negrão, o trabalho prestado pelo CEEBEJA não pode jamais ser minimizado. Outro ponto observado que levou ao esvaziamento foi o local e horário. Hoje em dia praticamente todas as escolas municipais ou estaduais ofertam a Educação de Jovens e Adultos, e seus horários são mais interessantes para a maioria das pessoas. Os horários oferecidos pelo PEA/UEM foram planejados para atender especificamente aos funcionários da UEM. O programa atendeu muitas pessoas da comunidade local, porque a oferta nas escolas municipais e estaduais era menor do que a que existe hoje.

Houve outro motivo para o esvaziamento do Programa e este é positivo. Hoje a maioria dos funcionários concursados tem que ter pelo menos o ensino médio. Já não precisam do PEA. Houve os funcionários que se aposentaram, mas houve também muitos funcionários que conseguiram se alfabetizar, concluir o Ensino Fundamental, Médio, Graduar em Nível Superior, e até mesmo ir além. Assim sendo podemos dizer que o Programa de Educação para Adultos cumpriu “um” de seus objetivos. Digo “um” dos objetivos, porque restam ainda “dois” objetivos que não foram, e não podem ser esgotados em sua totalidade, que são: promover a formação de alfabetizadores/as de adultos através de estágio não curricular oferecido aos acadêmicos do curso de Pedagogia, e criar um espaço para a pesquisa na área de Educação de Adultos.

Em uma das entrevistas a professora Maria Negrão relata um trabalho realizado com um grupo de catadores de recicláveis da cidade de Maringá. Pois bem pensamos que talvez o programa pudesse seguir esse exemplo e ir em busca de um novo público para atender, pois um trabalho tão bem feito, que já tem seus vinte cinco anos, e que acumulou uma experiência muito grande no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, não deve deixar de aplicar e ampliar seus conhecimentos.

## 5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BELLINI, Luzia Marta; RUIZ, Adriano Rodrigues, **Moralidade, Ética, Autonomia e Educação**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 1997. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/264/266>. Acesso em 20 março 2013.

CAMARGO, Janira Siqueira. **Entrevista** [jul. 2013]. Entrevistador: Altair Aparecido de Azevedo. Maringá, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 6. Ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

MESTI, Regina Lúcia. **Entrevista** [ago. 2013]. Entrevistador: Altair Aparecido de Azevedo. Maringá, 2013.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro (org.) **Alfabetizando Adultos**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Teoria e Prática da Educação, 1992.

NEGRÃO, Maria Tempellin Ferreira. **Entrevista** [ago. 2013]. Entrevistador: Altair Aparecido de Azevedo. Maringá, 2013.

NEGRÃO, Sonia Maria Vieira. **O Trabalhador Lingüístico: Percurso de uma experiência com educação de adultos**. Maringá: Eduem, 2002.

OLIVEIRA, Maria das Dores José de Oliveira. **Fazer Poesias Alfabetizando-se...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Programa de Educação para Adultos. Departamento de Teoria e Prática da Educação, 1996.

PARANÁ. Secretaria da Educação do Paraná. **CEEBEJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos “prof. Manoel Rodrigues da Silva. Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.mgaceebjmanoelrsilva.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>**. Acesso em: 19/05/2013.

ROSSETO, Sônia Maria Vieira Negrão. **Entrevista** [ago. 2013]. Entrevistador: Altair Aparecido de Azevedo. Maringá, 2013.

SILVA, Irizelda Martins de Souza e. **Entrevista** [ago.2013]. Entrevistador: Altair Aparecido de Azevedo. Maringá, 2013.

SOUZA, Lucineide Patrício. **Entrevista** [jul. 2013]. Entrevistador. Altair Aparecido de Azevedo. Maringá, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Programa de Alfabetização de Funcionários**. – Processo 334/88, 1988. Vol. I, II e III.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução Conselho Administrativo – CAD nº 40/91, 28 de fevereiro de 1991.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução** Conselho Administrativo – CAD nº 40/91, 31 de maio de 1991.

## 6. ANEXOS



Capa do Livro Fazer poesia Alfabetizando-se... de Maria das Dores José de Oliveira.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: (1988-2013): FORMAÇÃO E HISTÓRIA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**, que faz parte do curso pedagogia e é orientada pela professora Luzia Marta Bellini da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é Coletar dados sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos na Universidade Estadual de Maringá. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria por meio de uma entrevista semi dirigida. Informamos que as informações reveladas poderão ser utilizadas na elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. Os benefícios esperados são dar visibilidade ao importante trabalho realizado pelos professores, principalmente do Departamento de Teoria e Prática e Departamento de Fundamentos da Educação, e à própria Universidade Estadual de Maringá. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.



Eu JANIRA SIQUEIRA CAMARGO

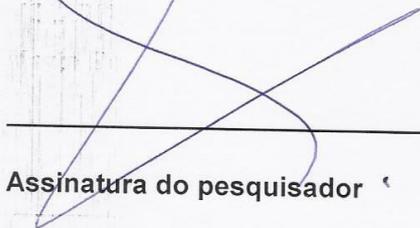
declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Luzia Marta Bellini.



Data: 16/07/13

Assinatura

Eu, Altair Aparecido de Azevedo, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.



Data: 16/09/2013

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Altair Aparecido de Azevedo

Endereço: Rua Rio aguaribe, 1535 Jardim Novo Oasis

Maringá – PR

Cep: 87.043.340

Telefone: 9839 – 2514

e-mail: [ra52584@uem.br](mailto:ra52584@uem.br)

[altairaparecidodeazevedo@gmail.com](mailto:altairaparecidodeazevedo@gmail.com)



Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

**COPEP/UEM**

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)



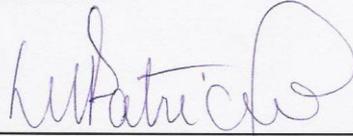
### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: (1988-2013): FORMAÇÃO E HISTÓRIA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**, que faz parte do curso pedagogia e é orientada pela professora Luzia Marta Bellini da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é Coletar dados sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos na Universidade Estadual de Maringá. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria por meio de uma entrevista semi dirigida. Informamos que as informações reveladas poderão ser utilizadas na elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. Os benefícios esperados são dar visibilidade ao importante trabalho realizado pelos professores, principalmente do Departamento de Teoria e Prática e Departamento de Fundamentos da Educação, e à própria Universidade Estadual de Maringá. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu LUCINEIDE PATRÍCIO DE SOUZA

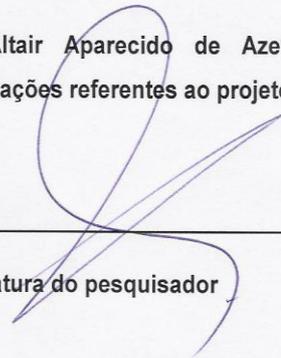
declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar  
VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Luzia  
Marta Bellini.



Data: 19/09/2013

Assinatura

Eu, Altair Aparecido de Azevedo, declaro que forneci todas as  
informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.



Data: 19/09/2013

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o  
pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Altair Aparecido de Azevedo

Endereço: Rua Rio aguaribe, 1535 Jardim Novo Oasis

Maringá – PR

Cep: 87.043.340

Telefone: 9839 – 2514

e-mail: [ra52584@uem.br](mailto:ra52584@uem.br)

[altairaparecidodeazevedo@gmail.com](mailto:altairaparecidodeazevedo@gmail.com)



Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

**COPEP/UEM**

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

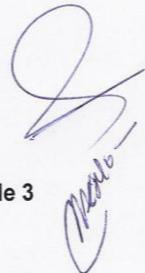
E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

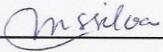
Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: (1988-2013): FORMAÇÃO E HISTÓRIA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**, que faz parte do curso pedagogia e é orientada pela professora Luzia Marta Bellini da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é Coletar dados sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos na Universidade Estadual de Maringá. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria por meio de uma entrevista semi dirigida. Informamos que as informações reveladas poderão ser utilizadas na elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. Os benefícios esperados são dar visibilidade ao importante trabalho realizado pelos professores, principalmente do Departamento de Teoria e Prática e Departamento de Fundamentos da Educação, e à própria Universidade Estadual de Maringá. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.



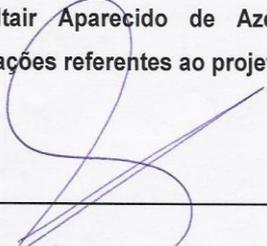
Eu Irisilda Martins de Souza e Silva

declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Luzia Marta Bellini.

 Data: 16/9/2013...

Assinatura

Eu, Altair Aparecido de Azevedo, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

 Data: 16/09/2013...

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Altair Aparecido de Azevedo

Endereço: Rua Rio aguaribe, 1535 Jardim Novo Oasis

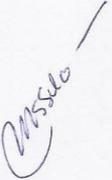
Maringá – PR

Cep: 87.043.340

Telefone: 9839 – 2514

e-mail: [ra52584@uem.br](mailto:ra52584@uem.br)

[altairaparecidodeazevedo@gmail.com](mailto:altairaparecidodeazevedo@gmail.com)



Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

**COPEP/UEM**

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS DA UEM: (1988-2013): FORMAÇÃO E HISTÓRIA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**, que faz parte do curso pedagogia e é orientada pela professora Luzia Marta Bellini da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é Coletar dados sobre o Programa de Educação de Jovens e Adultos na Universidade Estadual de Maringá. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria por meio de uma entrevista semi dirigida. Informamos que as informações reveladas poderão ser utilizadas na elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. Os benefícios esperados são dar visibilidade ao importante trabalho realizado pelos professores, principalmente do Departamento de Teoria e Prática e Departamento de Fundamentos da Educação, e à própria Universidade Estadual de Maringá. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu SÔNIA MARIA VIEIRA NEGRÃO ROSSETO.

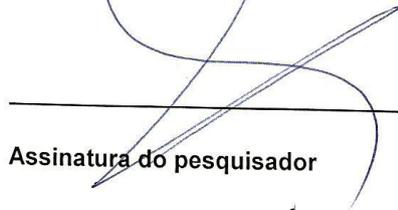
declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Luzia Marta Bellini.



Data: 30/09/2013

Assinatura

Eu, Altair Aparecido de Azevedo, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.



Data: 28/09/2013

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Altair Aparecido de Azevedo

Endereço: Rua Rio aguaribe, 1535 Jardim Novo Oasis

Maringá – PR

Cep: 87.043.340

Telefone: 9839 – 2514

e-mail: [ra52584@uem.br](mailto:ra52584@uem.br)

[altairaparecidodeazevedo@gmail.com](mailto:altairaparecidodeazevedo@gmail.com)

Página 2 de 3



Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

**COPEP/UEM**

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)

